

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE LEITURA E ESCRITA

LITERACY AND READING & WRITING SKILLS: ACQUISITION OF READING AND WRITING SKILLS

Nelma Aparecida Montemor¹

MONTEMOR, N. A. Alfabetização e letramento: O processo de aquisição de leitura e escrita. **Akrópolis** Umuarama, v. 28, n. 1, p. 27-35, jan./jun. 2020.

DOI: 10.25110/akropolis.v28i1.6683

RESUMO: O presente artigo corresponde a uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de analisar o processo de alfabetização e letramento nas séries iniciais do ensino fundamental, tomando por base a alfabetização como direito assegurado na Lei 9394/96. A análise realizada nos leva a uma reflexão a respeito da interação da leitura e da escrita com o conhecimento prévio que a criança possui da sua vida cotidiana, ou seja, trabalhar a leitura e a escrita através das práticas sociais. Para realizar essa pesquisa nos pautamos nos estudos de Psicogênese desenvolvidos por Emília Ferreiro e seus colaboradores. Como resultados, observamos que é necessário uma nova prática alfabetizadora capaz de proporcionar ao educador e ao educando a capacidade de ensinar e aprender com qualidade.

PALAVRA-CHAVE: Alfabetização; Leitura; Escrita; Psicogênese.

ABSTRACT: This article reports on a literature review with the purpose of analyzing the process of literacy and the acquisition of reading and writing skills in the initial grades of elementary school, based on the concept of literacy as a right guaranteed by Brazilian Law No. 9394/96. The analysis carried out leads us to a reflection on the interaction of reading and writing with the child's previous knowledge regarding their daily life, that is, working on reading and writing through social practices. The research is guided by the Psychogenesis studies developed by Emília Ferreiro and collaborators. As a result, the authors observed that a new literacy practice is required, one which is capable of providing educators and students with the ability to teach and learn with quality.

KEYWORDS: Literacy; Reading; Writing; Psychogenesis.

¹Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (2014), pós-graduação em Psicopedagogia abrangência Institucional e Clínica pela Univale - Faculdades Integradas do Vale do Ivaí e pós-graduação em Educação Especial: Atendimento às necessidades especiais pela Univale - Faculdades Integradas do Vale do Ivaí Atuação em Educação Social no Centro de Socioeducação de Paranavaí. nelmamontemor1@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização por meio do letramento se opõe as antigas formas educacionais utilizadas, em que a metodologia tradicional era composta por letras, sílabas e palavras que, na maioria das vezes se apresentavam de maneira vazia e não faziam nenhum sentido aos alunos. Alfabetização e letramento constituem ações distintas, porém inseparáveis. O ideal seria alfabetizar letrando, o que significa ensinar a leitura e a escrita mediante seu uso nas práticas sociais, de forma que o indivíduo ao ser alfabetizado seja também letrado (SOARES, 1998).

Soares (2004) afirma que o conceito de alfabetização e letramento no Brasil se interpõe um ao outro constantemente. Contudo a alfabetização ao longo dos anos passou a ser definida como um método tradicional que utiliza de métodos sintéticos e analíticos (fônicos, silábicos, global, etc.), ou seja, um método convencional que utiliza a escrita alfabética e a ortografia para construir o sistema de escrita da criança.

Já o letramento prevalece sobre a alfabetização com o conceito de sistema grafofônico (relação fonemas e grafemas), ocorre por meio de uma interação com a língua escrita denominada de codificação e decodificação.

Para Soares (2004) separar a alfabetização do letramento é um desacerto do ponto de vista psicológico, linguístico, psicolinguístico de leitura e escrita, porque os dois ocorrem paralelamente, por meio, do sistema convencional de escrita que é a alfabetização e mediante das práticas sociais que envolvem a língua escrita, ou seja, o letramento.

A apropriação da linguagem nos primeiros anos de escolarização da criança precisa contemplar sua vivência com o mundo da leitura e da escrita, levando em conta a relevância e significado para sua vida cotidiana.

Reconhecendo a leitura e a escrita, como elementos necessários permitindo-lhe a reflexão sobre a própria realidade a fim de compreendê-la. Alfabetizar é proporcionar condições ao educando de ler e escrever, tornando-se capaz de fazer uso correto da escrita que o integra a vida social onde exercerá sua cidadania.

Freire (1996) propõe que a escola valorize o conhecimento dos educandos e principalmente os leve a refletir sobre a relação desse conhecimento cotidiano com conteúdo

aprendido em sala de aula.

O desafio nessa perspectiva é conciliar o processo de alfabetização por meio do letramento, o que significa a apropriação da leitura e da escrita de maneira articulada ao uso social.

Para Freire (1996), ensinar exige respeito ao saber dos educandos, o que nos permite compreender que os meios possibilitam a produção do conhecimento cuja capacidade é de ampliar o universo da criança, além de contribuir para aprofundar suas práticas de letramento.

Para que a criança desenvolva de fato a interação, é preciso mais do que um simples contato, é preciso que desenvolva autonomia de leitura e de escrita. Essa autonomia só será possível se o ensino de leitura e escrita estiver presente durante todo o processo de educação nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Na análise de Freire (1996), dentro da sala de aula o educador deve ir além da alfabetização, é preciso discutir com o aluno a sua realidade de maneira concreta na medida em que se aplica o conteúdo de uma determinada disciplina. Para tanto, o educador precisa superar seu papel de reproduzir no interior do espaço escolar, os modelos de ensino comprometidos com a demanda sociopolítica e econômica.

Ferreiro (2001) afirma que a educação excede os limites da alfabetização, por meio de um processo de aquisição da língua escrita que precede e excede os limites da sala de aula. Para este autor, uma sociedade alfabética não ensina o educando a escrever silabicamente, mas utilizam a interpretação como meio de aplicar os conceitos de sistema alfabético de escrita, através de conceitos específicos que são os caminhos necessários a ser traçados para o desenvolvimento da leitura da escrita.

Este artigo, portanto, tem o objetivo de apresentar a alfabetização e o letramento no contexto educacional, compreendendo o papel da escola junto à sociedade no processo de intervenção pedagógica alfabetizadora e estabelecendo relação entre leitura e escrita.

2 APRENDIZAGEM NA FASE DA ALFABETIZAÇÃO

A aprendizagem da criança desde os primeiros anos de escolarização constitui a base para preparação e aquisição de novos

conhecimentos ao longo dos anos que se seguem. A alfabetização constitui-se como um direito assegurado a todos os brasileiros de acordo com a LDB 9394/96, art. 22, tendo “a finalidade de desenvolver o educando de forma a garantir a formação comum indispensável ao exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Compreende-se, portanto a educação como obrigatória a todas as crianças sendo de grande relevância a sua formação cidadã a fim de torná-las sujeitos capazes de agir no meio social em que vivem.

A Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional em alguns artigos, entre eles o artigo 29 que dispõe sobre a educação infantil, como sendo a primeira etapa da educação básica, que tem como finalidade o desenvolvimento integral de crianças de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação familiar e comunitária.

O artigo 32 da Lei 9394/96 dispõe sobre a prioridade ao ensino da leitura e da escrita, estabelecendo como obrigatoriedade a duração de nove anos para a formação do educando no ensino fundamental em escola de rede pública, iniciando-se aos seis anos de idade e não mais aos sete anos.

O desenvolvimento integral da criança deve ser considerado em vários aspectos, delimitando a faixa etária para creches (até 3 anos) e pré-escolas (até 5 anos), onde deverá ser feito um acompanhamento da sua construção de conhecimento.

Dessa forma, a duração do Ensino Fundamental passa de oito para nove anos com a finalidade de ampliar a capacidade de proporcionar conhecimentos necessários para as crianças se desenvolverem utilizando a leitura e a escrita de modo que venha atender suas necessidades básicas de formação em processo de escolarização.

A alfabetização é uma etapa de grande importância na vida acadêmica de uma criança, esse processo intrigou muitos pesquisadores que ao longo dos anos se empenharam em estudar e compreender as questões relacionadas ao ensino e aprendizagem na fase de alfabetização. No passado alfabetização correspondia apenas ao fato de saber ler e escrever os símbolos considerados padrão.

Na sua proposição tradicional, a escola ignora esta progressão natural e propõe um ingresso imediato ao código escrito, acreditando facilitar a tarefa [...] o sujeito a quem a escola se dirige é um sujeito passivo, que não sabe, a quem é necessário ensinar e não um sujeito ativo, que não somente define seus próprios problemas, mas que, além disso, constrói espontaneamente os mecanismos para resolvê-los (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p. 292).

É importante destacar que a alfabetização começa a acontecer na vida da criança muito antes dela ingressar no ambiente educacional de maneira informal. No entanto, o domínio linguístico dos códigos e das ferramentas de acesso à ciência de ler e escrever só acontecerá de maneira mais ampliada no convívio educacional do espaço escolar.

2.1 CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO

A alfabetização tem como base a aquisição da escrita por um ou mais indivíduos, já o letramento evidencia os aspectos sócio históricos da aquisição de um sistema de escrita pertencente a uma sociedade (TFOUNI, 1995 *apud* MORAES, 2005). Compreende-se assim o letramento para além do desenvolvimento da leitura e da escrita tendo este, uma função social destes aspectos apreendidos.

A alfabetização por meio do letramento leva em conta o conhecimento prévio que o aluno já possui mesmo antes de ser alfabetizada, a criança já tem contato com o mundo da leitura e da escrita.

O desenvolvimento da alfabetização ocorre, sem dúvida, em um ambiente social. Mas as práticas sociais, assim como as informações sociais, não são recebidas passivamente pelas crianças. Quando tentam compreender, elas necessariamente transformam o conteúdo recebido. Além do mais, a fim de registrarem a informação, elas a transformam (FERREIRO, 1989, p. 24).

Partindo da ideia de alfabetização ser um direito de toda criança e, portanto precisa ser respeitado, precisamos proporcionar muito mais

do que uma relação de códigos, precisamos levar em conta o conhecimento que a criança já possui e relacioná-lo no desenvolvimento de seu processo de letramento.

A partir de 1980, o conceito de alfabetização começa a ser ampliado com a incorporação do estudo da psicogênese com seguimento da língua escrita.

Quem inventou a escrita inventou ao mesmo tempo as regras da alfabetização, ou seja, as regras que permitem ao leitor decifrar o que está escrito, entender como o sistema de escrita funciona e saber como usá-lo apropriadamente. A alfabetização é, pois, tão antiga quanto os sistemas de escrita. De certo modo é a atividade escolar mais antiga da humanidade (CAGLIARI, 1998, p. 12).

A psicogênese é uma teoria bastante trabalhada por Emilia Ferreiro e seus colaboradores. Para esta autora a língua escrita se constitui ao longo dos anos em um processo contínuo em que o aprendizado acontece de maneira ativa e o aluno constrói seu próprio conhecimento.

A partir de 1980, com a mudança na proposta educacional para melhorar a qualidade da alfabetização escolar no Brasil, surgiu um pensamento “construtivista” baseado na pesquisadora argentina Emilia Ferreiro entre outro, abordando a psicogênese da língua escrita.

A aprendizagem recebe um método novo, uma espécie de revolução conceitual, repudiando os métodos tradicionais de leitura e escrita para apropriar-se do conceito sócio-construtivista, onde utilizavam as cartilhas para mediar este processo.

Segundo Mortatti (2006), no início da década 80 com o surgimento de novas políticas sociais a educação passou por algumas alterações, objetivando alcançar novos e melhores resultados com relação à qualidade educacional. Neste período surgiu o construtivismo, consequência da psicogênese da língua escrita, teoria desenvolvida por Emilia Ferreiro e seus colaboradores.

O construtivismo surge neste período como um processo de revolução nos métodos de ensino e aprendizagem para facilitar o desapego às teorias e práticas tradicionais. Neste momento surge diferentes questionamentos com relação

à necessidade das cartilhas no processo de ensino, pois entendem que sem a mesma seria possível ensinar a ler e escrever de maneira mais livre.

[...] Na década de 1980, observa-se a emergência do pensamento interacionista em alfabetização que vai gradativamente ganhando destaque e gerando uma espécie de disputa entre seus defensores e os do construtivismo. Essa “nova” disputa, por sua vez, foi-se diluindo, à medida que certos aspectos de certa apropriação do interacionismo foram sendo conciliados com certa apropriação do construtivismo; essa conciliação, pelo que posso observar até o momento, foi subsumida no discurso institucional sobre alfabetização (MORTATTI, 2006, p. 11-12).

A psicogênese tem o desígnio de influenciar o processo de desenvolvimento das novas práticas da alfabetização, em que não mais se utiliza os códigos para ensinar a ler e escreve, por meio da memorização, mas em um sistema denominado de notação.

De acordo com Ferreiro e Teberosky (1999), o processo de apropriação do Sistema de Escrita Alfabética precisa ser compreendido pelo aluno para que assim ele possa interagir, apropriando-se do domínio da norma ortográfica para desenvolvimento de atividades de leitura e escrita no espaço educacional.

As cartilhas ou os livros de iniciação à leitura nada mais são do que a tentativa de conjugar todos esses princípios: evitar confusões aditivas e/ou visuais; apresentar um fonema (e seu grafema correspondente) por sua vez e finalmente trabalhar com os casos de ortografia regular. As sílabas sem sentido são utilizadas regularmente, o que acarreta a consequência inevitável de dissociar o som da significação e, portanto, leitura da fala (FERREIRO e TEBEROSKY, 1985, p. 19).

Desde a década de 90, um novo conceito de alfabetização vem sendo estudado, este conceito é denominado de letramento. No entanto, não tem por objetivo substituir o termo alfabetização, mas sim associar-se para ampliar a escrita alfabética onde a prática de leitura

e escrita é mediada por conhecimentos que percorrem uma sociedade por meio da oralidade e do diálogo.

No processo de compreensão do sistema alfabético, a criança passa por passos ordenados de aprendizagem, os quais são classificados como níveis da escrita. Conforme Emília Ferreiro (2001), cada passo é constituído mediante esquemas conceituais específicos. Tais esquemas são determinados por meio de processo de construção que cada criança se utiliza parte da informação que lhe é oferecida e a esta informação acrescenta algo que já obtém. Todo esse processo resulta em construções originais que apesar de nos parecer estranhas constitui o caminho para o desenvolvimento da leitura e da escrita.

Baseado nos estudos de Ferreiro e Teberosky (1979), podemos compreender que a alfabetização acontece na medida em que o professor relaciona o conhecimento prévio com os conteúdos trabalhados em sala de aula. Partindo dessa razão, a alfabetização tem sido nas últimas três décadas motivo de estudos e pesquisas.

Ao estudarmos a concepção da alfabetização a partir do século XX, observamos que a educação passou a conquistar o seu espaço na modernidade de maneira institucionalizada embasada em uma necessidade política e social.

O direito de todos à educação decorria do tipo de sociedade correspondente aos interesses da nova classe que se consolidara no poder: [...] Para superar a situação de opressão, própria do “Antigo Regime”, e ascender a um tipo de sociedade fundada no contrato social celebrado “livremente” entre os indivíduos, era necessário vencer a barreira da ignorância [...] (SAVIANI, 1991, p. 18)

Saber ler e escrever passa a ser, um privilégio e um instrumento capaz de proporcionar conhecimento e desenvolvimento social, quebrando o paradigma de que a leitura e a escrita era algo restrito, informal, tornando-se assim fundamental e de caráter obrigatório as escolas que passariam a ofertar educação gratuita a toda criança em fases iniciais da escolarização.

Para Ferreiro (2001), a aprendizagem da criança começa muito antes dela ingressar na

escola, desde cedo o seu contato com a leitura e a escrita ocorre através de livros infantis, caixas de brinquedos, gibis, jogos, entre outros. Para as crianças que recebem estímulos desde cedo, esse contato com o mundo letrado deve ser ainda maior, pois elas vivenciam essa prática de leitura e escrita por meio da consolidação do conceito de alfabetização e letramento que deve estar presente no cotidiano de cada educando.

A criança em fase inicial da escolarização em contato com as letras passava a ter acesso a uma oportunidade de estabelecer relação entre si e com o mundo. No entanto, ainda encontramos muitas dificuldades neste processo e a alfabetização que vem sendo questionada como método de ensino adequado para proporcionar além do conhecimento escrito ou teórico, mas sim um conhecimento social, prático.

Segundo Freire (1996), a prática educativa torna-se indispensável ao educando, porque ensinar não consiste em transferir conhecimento, mas em criar possibilidades para tanto; desta forma quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.

Embora muito se tenha discutido a respeito da alfabetização, atualmente busca se compreender, tanto na teoria, quanto na prática como fazê-la por meio do processo de letramento, sabendo-se que há uma necessidade em utilizar os conhecimentos práticos da vida social relacionado à leitura e a escrita.

No passado a leitura era ensinada por meio do método de marcha sintética no qual começava da “parte” para o “todo”, ou seja, começava na soletração do alfabeto, seguia para som das letras e depois as sílabas até chegar à palavra, partindo sempre de palavras mais fáceis para depois as mais difíceis e somente após este processo ensinavam as frases até chegar a um texto.

No ensino da escrita o domínio do alfabeto (ensino do nome e das formas das letras), a ponto de o processo iniciar-se pela caligrafia e pelo reconhecimento oral do nome de cada sinal (letra). Esse procedimento era bastante repetitivo e demorado e transformava-se, numa frase posterior, na conjugação de dois, depois três sinais para serem “lidos” juntos, formando assim novos sons, sem qualquer preocupação de ligação destes significados (RIZZO, 2005, p. 14).

De acordo com Ferreiro e Teberosky (1985), no ensino tradicional a aprendizagem da leitura e da escrita utiliza métodos eficientes para promover conhecimento e aprendizagem entre crianças, sendo estes os métodos sintéticos e analíticos.

O método analítico explica o ensino da leitura partindo do “todo” para as “partes”, não obstante, foram utilizados diferentes recursos para defender o método tradicional que vinha sendo aplicado, ou seja, o método sintético.

Mortatti (2006), explica que para o ensino na leitura utilizavam-se os métodos da marcha sintética, nos quais o aprendizado ocorria da “parte” para o “todo”, ou seja, mediante soletração (alfabético), das letras para as sílabas (fônico), das sílabas para as letras (emissão de sons), das letras para as frases e das frases para os textos.

Para Mortatti (2006), o processo de ensino da leitura acontecia, por meio do método de soletração/alfabético, ou dos seus sons denominado de método fônico ou ainda por meio da silabação que correspondia a junção das letras e sons, respeitando as ordens crescentes de dificuldades até chegar as frases isoladas ou agrupadas que determinariam à escrita, por intermédio, da caligrafia e ortografia, bem como suas cópias, ditados e formação de frases, estimulando sempre o contorno legal das letras.

Contudo, o método analítico continuou a ser propagado por seus protectores que buscavam uma conciliação entre o método sintético e analítico no processo da leitura e escrita.

De acordo com esse método analítico, o ensino da leitura deveria ser iniciado pelo “todo”, para depois se proceder à análise de suas partes construtivistas. No entanto, diferentes se foram tornando os modos de processuação do método, dependendo do que seus defensores consideravam o “todo” [...] (MORTATTI, 2006, p. 7).

Até o presente momento, ainda podemos encontrar nas práticas pedagógicas, a mistura de ambos os métodos, embora os professores busquem em primeiro momento alfabetizar a partir de textos, ou seja pelo “todo”, mas, quando a criança demonstra dificuldades para compreender o sistema de leitura e escrita, utilizam o antigo método analítico ou sintético,

principalmente as famílias silábicas com tais alunos, não raramente se torna a última estratégia de busca pela alfabetização.

3 ALFABETIZAÇÃO E LEITURA DE MUNDO

No processo de letramento o educador proporciona ao educando as ferramentas necessárias a construção do conhecimento no processo da leitura e da escrita, ou seja, o educador leva o aluno a redefinir a escrita no mundo social no qual ele esta inserido.

O letramento vai além da alfabetização, este processo está diretamente relacionado às funções sociais, culturais, políticas e econômicas em que o indivíduo não aprenda apenas a ler e escrever, mas, utilizar desse conhecimento para se relacionar em um meio social, tornando-se capaz de compreender o mundo a sua volta, bem como interpretar e transformar seu conhecimento em algo fundamental a sua vivência.

Não podemos deixar de levar em consideração que o ato de ler e escrever são necessários ao nosso cotidiano em várias situações, desde uma orientação, instrução ou até mesmo para ampliar o nosso nível de conhecimento social, econômico e cultural necessários ao sucesso e/ou exercício de nossa cidadania.

Socialmente e culturalmente, a pessoa letrada já não é a mesma que era quando analfabeta ou iletrada, ela passa a ter uma condição social e cultural _ não se trata propriamente de mudar de nível ou de classe social, cultural, mas de mudar seu lugar social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura_ sua relação com os outros, com o contexto, com os bens culturais torna-se diferente (SOARES, 2002, p. 37).

O letramento desempenha um papel fundamental socialmente e culturalmente, a pessoa letrada passa a apresentar um nível elevado de conhecimento capaz de proporcionar transformação que geram mudanças no seu contexto histórico e social.

De acordo com Soares (2002), o letramento é um direito absoluto e intransferível da criança e isso independe da classe econômica ou social que ela esteja inserida.

Em sala de aula o educador precisa estimular o aluno a refletir sobre o conteúdo

aplicado, proporcionando mais do que resultados linguísticos, promovendo também a leitura de mundo, a aquisição da leitura e da escrita deve paralelamente levar o aluno a refletir sobre problemas e situações presente em sua realidade social.

Para Ferreiro (1989), a construção do conhecimento está diretamente relacionada à maneira como as informações são incorporadas ou não ao conhecimento, ou seja, o desenvolvimento da criança esta relacionado à sua capacidade de raciocínio, juntamente com o seu conhecimento informal e/ou conhecimento de mundo.

Segundo Ferreiro (1989), para compreendermos o desenvolvimento da criança precisamos primeiro compreender uma série de passos ordenados e cadenciados que leva ao sistema de escrita, cada passo tem sua importância e precisa ser valorizado no processo da construção de informação e transformação do sujeito cognitivo.

A aprendizagem ocorre muito antes de a criança ingressar no espaço educacional, o educador precisa de se conscientizar desta realidade e proporcionar atividades que valoriza o saber do educando, bem como utilizar suas experiências vivenciadas no seu cotidiano social e escolar de maneira coerente no processo de aquisição da leitura e da escrita.

Para Emilia Ferreiro (2001), os conhecimentos prévios que o aluno traz para a escola e a forma como eles devem ser trabalhados pelos professores, constituem parte da linguagem no processo de alfabetização. Diante disso, podemos observar que os processos de aquisição da leitura e da língua escrita no contexto escolar devem considerar o desenvolvimento das crianças, pois este começa muito antes da escolarização.

É importante compreendermos a concepção de alfabetização na perspectiva de letramento no processo de aprendizagem, considerando um processo necessário junto à sociedade para preparar as crianças para além das escolas.

Neste processo o professor assume um papel de fundamental importância em que atua compartilhando conhecimento de maneira coletiva e eficaz, gerando conhecimento e desenvolvimento do ciclo de alfabetização fundamental a prática diária trabalhada em sala de aula onde o aluno se desenvolve somando o

conhecimento adquirido em sala de aula com a sua vivência.

Realizando trocas de experiências dentro de um determinado grupo onde a leitura e a escrita tenha real significado para a sua vida dos alunos de modo que possam melhor compreender a sua realidade e a relação que a mesma estabelece com o cenário da educação como um espaço onde o conhecimento esta relacionado ao meio social o que contribui para a construção das identidades dos nossos alunos.

Para Freire (2001), o importante não é somente trabalharmos a leitura de palavras em si, como junções de palavras ou letras, mas sim relê-las e reescrevê-las; pois assim daremos sentido, nomeação e renomeação para uma reconstrução sobre o que foi realizado. Em última instância, isto implica em outra leitura da realidade.

Neste sentido é importante, pensar a prática pedagógica relacionando a educação e prática escolar ao desenvolvimento da criança promovendo interação com a sociedade, dessa forma, podemos contribuir para formar cidadãos mais conscientes da sua realidade e do seu papel junto à sociedade em transformação por meio de uma visão mais crítica e coerente.

Por meio de estímulos educacionais podemos levar nossas crianças a uma reflexão mediante troca de ideias e da conscientização trabalhada no processo de educação e letramento que excede a leitura de palavras, chegando à leitura de mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de alfabetização e letramento como abordado anteriormente está relacionado ao conhecimento de mundo que o aluno já possui, mesmo antes de ser alfabetizado. Partindo das reflexões abordadas neste artigo podemos enfatizar a importância de se trabalhar no dia a dia do ambiente educacional a leitura e a escrita voltada para as práticas sociais, nas quais criança torna-se protagonista do processo de construção do seu conhecimento e educação desde as séries iniciais do ensino fundamental.

Ao empregar as práticas sociais na aquisição da leitura e da escrita, o educando vivencia o conhecimento, traduzindo contextos que percorrem seu ambiente social, aprendendo, deste modo a relacionar diferentes situações presentes no seu cotidiano social e educacional.

Considerando as reflexões abordadas neste artigo percebemos que a alfabetização precisa ser trabalhada juntamente com o processo de letramento em que a criança compreende a leitura e a escrita mediante as práticas sociais, levando em conta a magnitude e a aceção para sua vida cotidiana.

Levando em consideração a teoria de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, podemos relacionar a teoria aplicada no passado como forma de alfabetizar onde tudo acontecia de maneira tradicional e o aluno atuava de maneira passiva, utilizando a memorização, com o período silábico, muito importante para o desenvolvimento da leitura e da escrita, uma vez que a alfabetização inicia muito antes da criança ingressar no ambiente educacional de maneira informal. Todavia o domínio linguístico dos códigos só iria acontecer de maneira mais ampla no convívio educacional.

Desta forma, não temos por objetivo apontar qual teoria seria a mais correta, porque percebemos que na verdade ambas se complementam na medida em que o conhecimento teórico-metodológico e a concepção de escrita se relacionam no processo de desenvolvimento e aprendizagem com a contextualização social, uma vez que cada aluno é diferente do outro e precisa de um tempo e /ou forma diferente para aprenderem.

Isso posto, podemos finalizar acreditando que este artigo foi de grande importância para ampliar nosso conhecimento com relação a alfabetização por meio do letramento em que a leitura e a escrita é articulada de acordo com a vivência de cada educando. Porém, também foi de grande importância para compreendermos que existem diferentes formas de se pensar a alfabetização.

Neste sentido, finalizamos com o entendimento do quanto é importante para o educador compreender quais seriam os conhecimentos prévios e capacidade de cada educando, para ampliar a possibilidade de se trabalhar com o estímulo do novo, proporcionando ao aluno a autonomia de construção do seu conhecimento.

Este estudo também foi importante para estabelecer uma reflexão sobre como a alfabetização vem sendo discutida e nos levar a perceber que ainda existe muitas divergências, que para melhor compreendermos precisamos prosseguir em busca de maior conhecimento

com relação à alfabetização e o letramento em nossa educação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n 9394 de 20 de dezembro de 1996.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu**. São Paulo: Scipione, 1998.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2001.
- FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. esp. ed. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas Sul, 1999.
- FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1985.
- FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. 1. ed. **Psicogênese da Língua Escrita**. Rio de Janeiro: Artmed, 1979.
- FERREIRO, Emilia. **Alfabetização em processo**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.
- FERREIRO, Emilia. **Reflexões sobre a Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MORAES, Mariléia Gollo. **Alfabetização - Leitura do Mundo, Leitura da Palavra - E Letramento: algumas Aproximações**, 2005. Disponível em: http://www.sicoda.fw.uri.br/revistas/artigos/1_3_26.pdf. Acesso em: 10 jun. 2013.
- MOREIRA, Diogo Emilli; SILVA, Gorette Milena. **Letramento e Alfabetização: Uma prática pedagógica de qualidade**. PUC. 2011. PR. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5806_2767.pdf. Acesso em: 15 jun. 2013.
- MORTATTI, Maria Rosário Longo. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Seminário "Alfabetização e letramento em

debate". Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, realizado em Brasília, em 27/04/2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf. Acesso em: 01 abr. 2014.

RIZZO, Gilda. **Alfabetização natural**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, Magda. **Português na escola**: história de uma disciplina curricular. São Paulo: Loyola, 2002.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, p. 5-17, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf/>. Acesso em: 24 maio 2014.

ALFABETIZACIÓN Y ESCRITURA: EL PROCESO DE ADQUISICIÓN DE LECTURA Y ESCRITA

RESUMEN: Este artículo corresponde a una investigación bibliográfica con el objetivo de analizar el proceso de alfabetización y escritura en los grados iniciales de la escuela primaria, basado en la alfabetización como derecho garantizado por la Ley 9394/96. El análisis llevado a cabo nos lleva a una reflexión sobre la interacción de la lectura y la escritura con el conocimiento previo del niño sobre su vida diaria, es decir, trabajando en la lectura y la escritura a través de prácticas sociales. Para realizar esa investigación, nos guiamos por los estudios de Psicogénesis desarrollados por Emília Ferreiro y sus colaboradores. Como resultados, observamos que es necesaria una nueva práctica de alfabetización, capaz de proporcionar a los educadores y estudiantes la capacidad de enseñar y aprender con calidad.

PALABRAS CLAVE: Alfabetización. Lectura Escritura Psicogénesis.